

[Handwritten signatures]

ATA N.º 1

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2022, reuniu, no salão nobre do Município de Gavião e por teleconferência, o Júri do procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Assistente Técnico para o Setor de Contabilidade, Referência D, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Gavião, autorizado, por despacho de 21 de setembro do Senhor Presidente do Município de Gavião, José Fernando da Silva Pio, constituído por:

Presidente: Sandra Cristina Serrano Simões, Chefe da Divisão Financeira;

Membros efetivos: Duarte Miguel Gaio Ferreira, Técnico Superior de Recursos Humanos do Município de Gavião que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos e Ivone C. Pereira da Silva, Técnica Superior de Recursos Humanos da CIMAA;

Membros suplentes: Sara Isabel Alves Martinho, Técnica Superior do Setor de Contabilidade e Carlos Alberto Delgado dos Santos, Técnico Superior do Setor de Património.

A reunião teve como objetivo fixar os parâmetros de avaliação, a ponderação e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar ao procedimento, para ocupação do posto de trabalho acima indicado,

Nestes termos o júri deliberou por unanimidade:

1. Métodos de seleção: nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por Portaria, conjugado com o n.º 1 e 2 do artigo 36.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, doravante designada por LTFP, os métodos a aplicar serão:

1.1. Aos candidatos que sejam detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, ou, sendo detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado e titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para ocupação:



- 1.1.1. Avaliação Curricular (AC) – método obrigatório;
- 1.1.2. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – método obrigatório;
- 1.2. Para os restantes candidatos:
 - 1.2.1. Prova de Conhecimentos (PC) – método obrigatório;
 - 1.2.2. Avaliação Psicológica (AP) – método obrigatório;
 - 1.2.3. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – método complementar;
- 1.3. Os métodos de seleção indicados no ponto 1 poderão ser afastados pelos candidatos mediante declaração escrita, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos no ponto 1.2, conforme previsto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP;

2. Avaliação Curricular (AC): Prevista na alínea a) do ponto 2 do artigo 36.º da LTFP, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes (HA), formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função (FP), experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e grau de complexidade das mesmas (EP) e a Avaliação do desempenho relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar (AD).

Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas e resultará da média aritmética simples ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

$$AC = (HA + FP + 2EP + AD) / 5$$

Sendo que:

HA = Habilitações Académicas: onde se pondera a titularidade de grau académico ou de nível de qualificação certificado pelas entidades competentes:

- 12.º ano de escolaridade ou equivalente – 10 valores;
- Licenciatura – 15 valores;
- Mestrado ou Superior – 20 valores.

FP = Formação Profissional: considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função:

- Sem participações em ações de formação – 8 valores;

Guarã
Harbinger
SS

- Entre 0 e 10 horas de formação – 10 valores;
- Entre 10 e 20 horas de formação – 12 valores;
- Entre 21 e 30 horas de formação – 14 valores;
- Entre 31 e 40 horas de formação – 16 valores;
- Entre 41 e 50 horas de formação – 18 valores;
- Duração superior a 50 horas de formação – 20 valores;

EP = Experiência Profissional: considerando e ponderando com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas:

- Sem experiência profissional - 10 valores
- Até 1 ano de experiência – 12 valores
- Até 2 anos de experiência - 14 valores
- Até 3 anos de experiência – 16 valores
- Até 5 anos de experiência – 18 valores
- Superior a 5 anos de experiência – 20 valores

AD = Avaliação de Desempenho: em que se pondera a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

- Desempenho Inadequado – 8 valores
- Desempenho Adequado – 12 valores
- Desempenho Relevante – 16 valores
- Desempenho Excelente – 20 valores

Em caso de candidatos que por razões que não lhes sejam imputáveis não possuam avaliação de desempenho relativa àquele período ser-lhes-á atribuída a classificação de 12 valores, por analogia com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria.

Quando a avaliação do desempenho constante da declaração passada e autenticada pelo serviço de origem, para efeitos de conferência dos requisitos, indique somente a expressão qualitativa da avaliação do desempenho, a valoração corresponderá à expressão quantitativa mínima da escala de avaliação do SIADAP.

Escala do SIADAP (Lei n.º 10/2004, de 22 de março)	Escala do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)	Classificação
1,0 – 1,9	1,000 – 1,499	4 Valores
2,0 – 2,9	1,500 – 1,999	8 Valores
3,0 – 3,9	2,000 – 3,999	12 Valores
4,0 – 4,4	4,000 – 4,499	16 Valores
4,5 – 5,0	4,500 – 5,000	20 Valores

3. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): Prevista na alínea b) do ponto 2 do artigo 36.º da LTFP, conjugada com a alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, visa obter, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício das funções.

A classificação a atribuir a cada competência será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação das competências abaixo discriminadas, sendo valorada de acordo com a seguinte fórmula:

$$EAC = (A+B+C+E+D+F) / 5$$

A - Orientação para Serviço Público: visa avaliar a capacidade para exercer a sua atividade respeitando os princípios éticos e valores do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade.

Traduz, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- 1 - Assume os valores e regras do serviço, atuando com brio profissional e promovendo uma boa imagem do setor que representa;
- 2 - Tem, habitualmente, uma atitude de disponibilidade para com os diversos utentes do serviço e procura responder às suas solicitações;
- 3 - No desempenho das suas atividades, trata de forma justa e imparcial todos os cidadãos;
- 4 - Age respeitando critérios de honestidade e integridade, assumindo a responsabilidade dos seus atos;

B - Conhecimentos e experiência: visa avaliar a capacidade para aplicar, de forma adequada, os conhecimentos e experiência profissional, essenciais para o desempenho das tarefas e atividades.

Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- 1 - Demonstra possuir conhecimentos práticos e técnicos necessários às exigências do posto de trabalho e aplica-os de forma adequada;

Luís
Barbosa
SS
[Signature]

- 2 - Detém experiência profissional que permite resolver as questões profissionais que lhe são colocadas;
- 3 - Utiliza na sua prática profissional as tecnologias de informação e de comunicação com vista à realização de um trabalho de maior qualidade;
- 4 - Preocupa-se em alargar os seus conhecimentos e experiência profissional para melhor corresponder às exigências do serviço.

C - Trabalho de equipa e cooperação: visa avaliar a capacidade para se integrar em equipas de trabalho de constituição variada e cooperar com os outros de forma ativa.

Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- 1 - Integra-se em equipas de constituição variada, dentro e fora do seu contexto habitual de trabalho;
- 2 - Tem um papel ativo nas equipas de trabalho em que participa;
- 3 - Partilha informações e conhecimentos com os colegas e disponibiliza-se para os apoiar quando solicitado;
- 4 - Contribui para o desenvolvimento ou manutenção de um bom ambiente de trabalho e fortalecimento do espírito de grupo.

D - Iniciativa e Autonomia: visa avaliar a capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas.

Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- 1 - Em regra, responde com prontidão a propostas de novas tarefas ou outras solicitações profissionais;
- 2 - Tem, normalmente, uma atitude ativa e dinâmica;
- 3 - Executa de forma autónoma e diligente as atividades que lhe são distribuídas;
- 4 - Toma iniciativas no sentido da resolução de problemas que surgem no âmbito da sua atividade.

E - Responsabilidade e compromisso com o serviço: visa avaliar a capacidade para compreender e integrar o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e disponível.

Traduz-se, nomeadamente, nos seguintes comportamentos:

- 1 - Compreende a importância da sua função para o funcionamento do serviço e procura responder às solicitações que lhe são colocadas;
- 2 - Responde com prontidão e disponibilidade às exigências profissionais;

- 3 - É cumpridor das regras regulamentares relativas ao funcionamento do serviço, nomeadamente horários de trabalho e reuniões;
- 4 - Trata a informação confidencial a que tem acesso, de acordo com as regras jurídicas, éticas e deontológicas do serviço.

4. Prova escrita de conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e ou as competências técnicas necessárias ao exercício da função, encontra-se prevista na alínea a) do ponto 1 do artigo 36.º LTFP, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria, será escrita, de realização individual e de natureza teórica, com consulta em suporte de papel, numa só fase, tendo a duração de 2 horas e incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica diretamente relacionadas com as exigências da função. A sua avaliação será adotada a escala da 0 a 20 valores considerando-se a valoração até às centésimas:

Diplomas Legais que poderão ser consultados, exclusivamente em formato papel:

- a) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- b) Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Férias e Faltas - Artigos 237.º a 257.º);
- c) Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Parte III – Do Procedimento Administrativo – Artigos 53.º a 134.º e parte IV da Atividade Administrativa – artigos 135.º a 199.º);
- d) Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Gavião – Regulamento n.º 927/2022, de 10 de outubro;
- e) Regime Jurídico das Autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- f) Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- g) Código dos Contratos Públicos na sua atual redação – Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro atualizado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto;
- h) Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- i) Regulamentação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
- j) Sistema de Normalização Contabilística - Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- k) Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho;

Quandy
Contabilidade
SS
ti

- l) Modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no CCP - Portaria 371/2017, de 14 de dezembro;
- m) Regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos - Portaria 372/2017, de 14 de dezembro;
- n) Funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos «Portal BASE» - Portaria 57/2018, de 26 de fevereiro;
- o) Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais «POCAL» - Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro.

5. Avaliação Psicológica (AP): prevista na alínea b) do ponto 1 do artigo 36.º da LTFP, visa a avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido e será valorada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 21.º da Portaria, através das menções classificativas de Apto e Não Apto.

6. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em qualquer um deles. Os métodos de seleção, em como cada uma das suas fases têm caráter eliminatório, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Portaria.

7. Atendendo à celeridade do presente procedimento concursal e de acordo com o disposto no artigo 19.º da Portaria, os métodos de seleção serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 25 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades. Os restantes candidatos serão considerados excluídos, dispensando assim a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes.

8. A ordenação final, dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efetuada através da seguinte fórmula, nos termos dos artigos 21.º, 23.º e 24.º da Portaria:

8.1. Para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como aos candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade:

$$CF = 70\%AC + 30\%EAC$$

Em que:

CF = Classificação Final

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

8.2. Para os restantes candidatos:

$$CF = 70\%PC + 30\%EAC$$

Em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

9. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do concurso.

10. Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro.

11. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

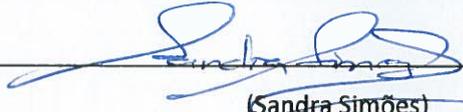
12. Nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do D.L. n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência que se enquadre nas circunstâncias e situações descritas no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 9/89, de 2 de maio, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

13. As comunicações e notificações a efetuar aos candidatos serão efetuadas, preferencialmente, através do endereço de correio eletrónico disponibilizado no formulário de candidatura.

14. Colocada a votação a presente ata, e após votação nominal, a mesma foi aprovada por unanimidade por todos os elementos do júri.

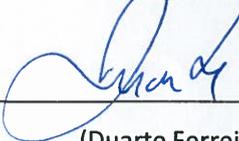
15. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e se lavrou a presente ata que será assinada por todos os membros do júri.

Presidente do Júri:



(Sandra Simões)

Membro Efetivo:



(Duarte Ferreira)

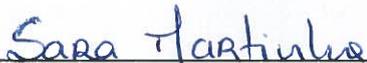
Membro Efetivo:

IVONE DA
CONCEIÇÃO
PEREIRA DA SILVA

Assinado de forma digital por IVONE DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA
DN: c=PT, o=Câmara de Gavião, ou=Arsinatura, Qualificada do Cidadão, ou=Cidadão Português, sn=PEREIRA DA SILVA, givenName=IVONE DA CONCEIÇÃO, serialNumber=B1106671685, cn=IVONE DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA
Dados: 2022.11.03 14:56:40 Z

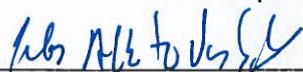
(Ivone Silva)

Membro Suplente:



(Sara Martinho)

Membro Suplente:



(Carlos Santos)

